

DF - Saúde

Saúde e repressão

OSVALDO PERALVA

16 MAR 1986

O reexame dos problemas de saúde no Distrito Federal expõe aspectos surpreendentes. Médicos ilustres, com funções de responsabilidade administrativa tanto no GDF como nos Ministérios vinculados a essa área, debateram o tema, ao longo da semana, produzindo conclusões merecedoras de atenção.

O diagnóstico é bem um reflexo da política em vigor no velho regime, abolido em princípio com a proclamação da Nova República, mas cujas consequências se prolongam até nossos dias.

O modelo de desenvolvimento dos governantes militares tinha em vista somente os resultados materiais, que beneficiavam diretamente uma pequena minoria, e só atingiam os demais como subprodutos, de modo subsidiário e precário.

O que a imprensa tem publicado a respeito, nestes dias, é impressionante. Dados oficiais, revelados pelo governador José Aparecido, indicam que no Plano Piloto, onde vivem somente 25 por cento da população do Distrito Federal, a renda **per capita** é várias vezes (em alguns casos, sete vezes) superior a das cidades-satélites. E essa desproporção se reproduz, aliás comprehensivelmente, no campo da saúde pública.

Assim, de um total de 5.018 leitos, 3.247 se encontram no Plano Piloto, contra apenas 1.771 leitos espalhados pelos demais agrupa-

mentos urbanos, onde residem 75 por cento da população. Também no Plano Piloto se concentram 1.200 dos 1.400 dentistas que trabalham na Capital da República.

Se, como é natural, as pessoas pobres, de mais baixa renda, são as que mais adoecem e necessitam de cuidados médicos e hospitalares, então essa disparidade se torna ainda mais gritante e explica plenamente a observação de um dos médicos sobre a má distribuição dos recursos, com ociosidade dos centros de saúde no Plano Piloto e sobrecarga nas áreas periféricas.

Outro reflexo da concepção de desenvolvimento dos governos autoritários está no plano do ex-secretário Frejat, conforme observação de outro médico. Onerosos investimentos foram feitos em instalações, porém não se cuidou dos recursos humanos. Daí resulta a escassez de pessoal adequado para atendimento ao público.

O fetichismo dos aparelhos sofisticados, que conduziu ao açoitamento nos contratos desastrosos do projeto nuclear, é o mesmo que levou os responsáveis pela política de saúde no Distrito Federal a subestimar o generalista, como se diz no jargão dos doutores. Isto é, o clínico geral, capaz de identificar males simples e prescrever tratamento simples, sem necessidade de subme-

ter o paciente às complexidades das máquinas eletrônicas.

Nesses debates, a mais sintomática das constatações foi a de que o combate à doença vinha tendo preferência sobre a preservação da saúde. Esse comportamento é típico dos regimes autoritários, que favorecem a formação de uma mentalidade repressiva. Constituídos com base na força, seus governos fazem o culto e a superestimação da força.

Isso é transparente na área de segurança pública, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde o fator psicológico se conjuga com um fator objetivo, que é a escassez de recursos financeiros. Tome-se o caso das Polícias Militares nos vários estados, inclusive no mais rico deles, São Paulo. O policiamento estava completamente desvirtuado, pois em vez de preventivo, era basicamente repressivo.

Os PMs tinham intenso preparo físico e equipamentos próprios para reprimir, mas o policiamento ostensivo estava desaparelhado, com viaturas obsoletas, delegacias com jurisdição mais ampla do que sua capacidade de atendimento, e assim por diante. Acompanhei o trabalho ingente do atual governo paulista para modificar essa situação, em meio a uma campanha de descrédito promovida pelos adeptos da violência oficial.

Por estranho que seja, a mesma mentalidade repressiva prevalece no sistema de saúde: os esforços oficiais dirigiam-se mais no sentido de atacar a enfermidade do que em evitá-la.

Agora o Grupo de Trabalho nomeado pelo Governador do Distrito Federal, com a cooperacão dos Ministros da Previdência Social, da Educação e da Saúde, mais o Reitor da Universidade de Brasília, vai estudar durante trinta dias uma proposta para que seja reestruturado o sistema de saúde na Capital da República.

Nessa reestruturação será levado em conta o funcionamento do recém-criado Instituto de Tecnologia Alternativa, que inclui o estímulo à medicina natural, de baixo custo e, portanto, mais acessível à maioria da população do DF, formada por pessoas de baixa renda.

Serão também consideradas experiências de outras partes do País, como a municipalização dos serviços de saúde, posta em prática em trechos de Pernambuco e do Paraná, com integração de todos os órgãos desse setor, como já se faz no DF com as Comissões Interinstitucionais de Saúde. Acresce-se aí, porém, aspecto novo e fundamental: a concentração do poder decisório, através de gerência única.

Pelo visto, há mais uma revolução em marcha.